

## ● Escola pública

Face à matéria de 29/1/1992, primeira página, do GLOBO, vemo-nos na obrigação de informar à opinião pública o seguinte:

1) Os dados de carência de vagas apresentados, em caráter preliminar, no Censo da Criança e do Adolescente, são da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro e nada justifica sua extração para o conjunto do estado. Assim, desconhecemos a origem e a metodologia dos números publicados pelo GLOBO ("75 mil crianças fora de sala de aula").

2) Desde que se instalou a atual administração, constatamos a existência de uma forte pressão por vagas na Baixada Fluminense, na Zona Oeste e em alguns subúrbios da zona da Leopoldina e da Central do Brasil. Ocorre que exatamente estas áreas já haviam sido privilegiadas no plano de implantação de Cieps, plano este paralisado durante os quatro anos da administração Moreira Franco. Colhemos agora, na pessoa das crianças fluminenses, o fruto da incômoda e do descalabro. Verificamos, assim, que a questão das vagas prende-se a dois pontos fundamentais: 1) a paralisação do plano de obras e, em especial, dos Cieps (ato aplaudido pelo GLOBO); e 2) a reprovação maciça de alunos nas séries iniciais do primeiro e do segundo graus. Para superar tal situação, trabalhamos em duas frentes simultâneas e conjugadas:

1) Para mudar o estado de abandono em que encontramos a rede estadual, e malgrado a crise econômica, em nove meses conseguimos construir 14 escolas, com a entrega de 75 novas salas de aula. Ampliamos 18 outras escolas, oferecendo mais 42 salas de aula e reformamos 352 outras. Ou seja, em nove meses de administração entregamos 469 salas de aulas, beneficiando cerca de 40 mil alunos!

Ao mesmo tempo, lançamos o II Programa Especial de Educação para a construção de 380 Cieps, que se somarão aos 120 hoje existentes e que atenderão a 350 mil alunos, além de outros 150 mil na área de Educação Juvenil.

A estes somaremos 250 Ciacs, que se- rão instalados no Rio de Janeiro por decisão do Governo federal. Assim, contamos com o decidido apoio federal nas obras de reforma e implantação de novas unidades escolares.

2) Para superarmos a questão da repetência, iniciamos um vasto programa de atualização de professores, com o competente apoio do ministro Goldemberg e sua equipe. Ao mesmo tempo deslanchamos o programa de avaliação continuada dos alunos, visando a evitar a repetição injustificada e, assim, a evasão em massa e o "engarrafamento" das séries iniciais. Para tal contamos com o apoio da Secretaria Nacional do Ensino Básico/Seneb/MEC.

Desta forma, os esforços conjugados do MEC e do Governo estadual — em obras, reformas, atualização de professores e introdução de uma nova pedagogia — objetivam mudar uma pesada herança de des- caso para com a Educação.

**Maria Yedda Leite Linhares, secretária de Estado de Educação, Rio**

**N.da R. — Os números da reportagem "75 mil crianças fora das salas de aula" foram fornecidos pelas Prefeituras de São João de Meriti, Duque de Caxias e Nova Iguaçu. As informações da segunda reportagem, publicada no dia 29 de janeiro, "Escolas públicas do Rio não têm vagas para 240 mil crianças", partiram da Prefeitura do Rio. Apesar da posição crítica em relação ao projeto dos Cieps, o GLOBO nunca deixou de denunciar o abandono das obras no Governo anterior, assim como denunciou a burla que transformou 500 Cieps prometidos em 68 prontos e mais algumas dezenas de inacabados. Igual procedimento teve o GLOBO ao publicar a foto de um Ciep abandonado na área da Maré, onde estavam sendo criados porcos, e que é da responsabilidade da Prefeitura.**

## ● Esclarecimento

A Secretaria Municipal de Educação esclarece que os dados preliminares da primeira fase do I Censo da Criança e do Adolescente indicam a existência de 240 mil crianças e jovens, na idade de zero a 18 anos, fora da escola ou sem estudar, pelos mais variados motivos.

A existência de 240 mil crianças fora da escola não significa que as escolas públicas do Rio não tenham vaga a oferecer. Sem concluir as etapas do Censo, qualquer análise torna-se prematura e inconsistente.

Na fase inicial de matrícula para o ano letivo de 1992, a Prefeitura do Rio ofereceu 116.518 vagas, das quais 75.213 foram preenchidas. Fenômeno semelhante ocorreu no ano passado, quando a SME teve uma sobra de 7% das vagas oferecidas. Na matrícula 92, existem 14.707 matrículas excedentes, em áreas onde a concentração populacional força uma maior demanda por vagas. A Educação está resolvendo este problema, organizando rodízios de turmas, estabelecendo os sábados como mais um dia letivo.

Esta medida pode criar 30 mil novas vagas.

A Prefeitura do Rio de Janeiro tomou a iniciativa pioneira de realizar o I Censo da Criança e do Adolescente, exatamente para que o poder público tenha informações precisas e possa criar condições concretas para evitar que existam crianças e jovens, de zero a 18 anos, sem atendimento. As informações do Censo permitirão um planejamento real nas áreas de educação, desenvolvimento social, saúde e cultura. Ao divulgar este número alarmante, o Rio assume a dianteira na reversão deste processo de exclusão do cidadão ao mais elemental direito de estudar.

No momento, o I Censo da Criança e do Adolescente, que traçou o perfil sócio-econômico de 360 mil famílias na cidade do Rio de Janeiro, se encontra na fase de preparação de dados para informatização no Iplanrio (Instituto de Planejamento Municipal). O Banco da Dados terá registros nominais da população escolarizada e escolarizável, números e percentuais sobre a relação escola-mundo do trabalho, perfil dos núcleos familiares quanto à renda e composição familiar, as condições econômico-culturais, perfil da população escolarizável, perfil dos alunos evadidos da escola e perfil dos alunos repetentes por nível de escolarização dos pais, tempo de Rio de Janeiro, rendas per capita e familiar e a criança é portadora de deficiência.

Sobre o Ciep inacabado da região da Maré, que foi abandonado na administração estadual anterior e repassado à Prefeitura do Rio quando esta ainda vivia o clima de falência, a Riocop informa que, no último dia 23 de dezembro, a Carioca Engenharia (contratada em licitação pública) recebeu a ordem de serviço para começar a obra de conclusão da escola, que poderá atender a 700 crianças em horário integral. Até 20 de setembro do ano passado, o Ciep da Maré estava ocupado por 204 famílias. A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, em operação pacífica, remanejou as pessoas para o assentamento provisório na Estrada do Magarça, em Campo Grande. Esta construção vai praticamente eliminar o problema de falta de vagas na região da Maré.

A Prefeitura do Rio de Janeiro, na gestão Marcello Alencar, reafirma o seu compromisso de resolver os grandes problemas que afligem, historicamente, o setor educacional. Responsável pela maior rede pública municipal de ensino de primeiro grau da América Latina, atualmente, a Prefeitura do Rio é a que mais investe em educação no país. Nossa orçamento para 92 destina 644,9 bilhões apenas para pagamento de salários de profissionais de educação, manutenção de escolas, despesas de custeio, aperfeiçoamento de professores e

no Programa de Merenda Escolar. **Mariléa da Cruz, secretária municipal de Educação**

**N.da R. — Aproveitando as palavras da própria secretaria: Ao divulgar este número alarmante (240 mil crianças fora das salas de aula), o Rio e o GLOBO assumem a dianteira na reversão deste processo de exclusão do cidadão ao mais elemental direito de estudar.**

## ● Café

1) GLOBO tem dado grande apoio à mudança da política brasileira do café, sendo elogiado por essa atitude. O Brasil, como maior produtor de café do mundo e por isso com grande peso no mercado, impôs, há alguns anos, a liberalização completa do mercado de café, pressionado por seus concorrentes que queriam diminuir as suas cotas, restringindo a sua participação no mercado mundial. Em consequência, o Brasil conseguiu maior participação no mercado mundial mas causou, com a sua política, a queda dos preços de 140 para 80 centavos de dólar a libra peso. A sua receita cambial diminuiu, apesar do aumento de sua exportação em volume, e a produção interna acha-se em grave crise, com enormes prejuízos. As classes produtoras, que pediram o fim do interventionismo do Governo na comercialização do café, e a extinção do IBC, hoje o estão pressionando para que o Brasil volte a negociar a sua participação no Acordo Internacional do Café, concordando com o estabelecimento de cotas, com o controle de preços através do mecanismo de retenção do café no mercado mundial, quando os preços caírem abaixo de um certo limite, e liberando novas cotas, quando os preços se elevarem acima de um certo patamar. É o fim do liberalismo no café ante o realismo da situação mundial.

**Andy Raul da Silva, Brasília, DF**

## ● Aposentados

É absurdo e desnecessário o propósito de elevar as alíquotas das contribuições previdenciárias para cobrir o custo da justa correção nos valores das aposentadorias. Para tal basta — e sobra — a brutal elevação, que vigirá em março, da contribuição social para financiamento da Seguridade Social (ex-Finsocial) instituída pela Lei Complementar nº 70. Dois por cento sobre toda e qualquer atividade no país (agrícola, extrativa, industrial, comercial, se serviços) é uma tremenda cascata tributária, cujo produto deverá ultrapassar em muito o que poderia resultar do pretendido imposto único, de 1% sobre operações financeiras. É certo que o presidente Collor não acelere (para o justo pagamento dos aposentados) a "máquina de imprimir dinheiro", prática que, em governos anteriores, deu origem à inflação. Mas também seria tremendo o impacto inflacionário da (desnecessária) elevação das demais alíquotas previdenciárias sobre o custo de todos os serviços e mercadorias, voltando a realimentar a ora declinada inflação.

**Gilberto Affonso Pena, Rio**

O GLOBO acolhe opiniões de seus leitores sobre todos os temas e acontecimentos. Reserva-se, no entanto, o direito de rejeitar acusações insultuosas ou desacompanhadas de documentação. Também não serão publicadas cartas de agradecimento ou elogios de natureza pessoal. Devido às limitações de espaço, será publicada uma seleção das cartas recebidas; quando estas não forem suficientemente concisas, serão publicados os trechos mais relevantes.

As cartas devem ser dirigidas à seção Cartas dos Leitores (O GLOBO — Rua Ipiranga Marinho 35, CEP 20233). Só serão levadas em conta cartas assinadas e que contenham nome e endereço completos do remetente.